



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

**XIX SEPE - SEMANA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DO SETOR DE
EDUCAÇÃO / I EREBIO – REUNIÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE
ENSINO DE BIOLOGIA – REGIONAL SUL.**

A DOENÇA NA ESCOLA PARANAENSE NOS ANOS DE 1920

Vera Regina Beltrão Marques-UFPR

verarbm@terra.com.br - CNPq

Os escolares paranaenses nos anos 1920 eram acometidos por várias doenças nas quais destacavam-se as gripes, verminoses, anemias, pediculoses, casos de “heredo lues”, ou ainda as epidemias de varicela, sarampo ou escarlatina, freqüentes nas escolas. Diante disso os médicos paranaenses não tinham dúvidas: sem higiene não haveria condições de saúde adequadas, nem “escola produtiva” pois os alunos jamais tornar-se-iam futuros cidadãos moralizados e úteis ao estado e à nação, pois até mesmo de vigor físico se ressentiam.

Reverter esse quadro tornava-se premente e a lei n. 2095, de 31 de março de 1921, criava no Paraná o serviço de inspeção médica nas escolas, funcionando anexo à Inspetoria Geral do Ensino. Pautado na experiência adquirida em São Paulo, César Prieto Martinez pretendia fazer da sua gestão frente à Inspetoria Geral um modelo, elegendo a higiene sua pedra de toque. “Assistir a infância, em geral, é medida de elevado alcance patriótico, pois a infância crescendo robusta no físico e no moral promete à nação um povo forte”, pregava Prieto. Tratava-se então de debelar as doenças dos escolares.

Ademais o Paraná tornara-se autônomo somente em 1853, necessitando portanto impor-se frente à nação, e instruir o povo oportunizando escola pública primária gratuita tornara-se fundamental (Vechia, 2004). Ademais existiam em todo o estado muitas escolas estrangeiras “como se funcionassem em território estrangeiro”, “desnacionalizando a infância” e os filhos do Paraná brasileiro. O foco das atenções voltou-se para as crianças. Crianças criadas como se em outra pátria estivessem deveriam ser nacionalizadas através da educação, pois “dois problemas capitais exigem pronta solução: a higiene e a escola primária; deles depende o futuro do Brasil”.

Normas de bem viver com saúde ensinadas aos professores de modo a desempenhar a contento seus papéis de mestres, reverteriam em novos hábitos nos alunos, então “em completo estado de desasseio, tanto do corpo como das vestes, sem falar na falta de cuidado com os cabelos, unhas, dentes e pés” (Relatório do Inspetor Geral, 1921).

Assim sendo, uma das primeiras medidas da nova Inspetoria consubstanciou-se em demandar um curso de higiene para os professores.

“A convite do sr. Professor Cezar Prieto Martinez, digno inspetor geral do Ensino no Paraná, e com a aprovação e prestígio do governo do Estado, o sr. Dr. Heráclides César de Souza Araújo, chefe do Serviço de Profilaxia Rural e redator-chefe desta revista [Arquivos Paranaenses de Medicina] criou um curso elementar de Higiene, destinado aos professores públicos do Paraná, tendo se realizado a aula inaugural, no dia 15 deste mês [setembro], às 18 horas, no salão nobre do Ginásio Paranaense” (Arquivos Paranaenses de Medicina, 1920-1, ano I, p. 144).

O dr. Marins Camargo, Secretário Geral do Estado frisou a importância de se difundirem em larga escala os conhecimentos de higiene, “preparando-se desse modo o nosso povo para conhecer o perigo das moléstias e assim poder evitá-lo”. Saudou com entusiasmo a obra de saneamento em curso no Paraná e “estimulou os professores públicos a se interessarem pelos assuntos de higiene geral, que lhes seriam desvendados”, pois assim poderiam propagar as “boas idéias” dentre seus discípulos (idem, p. 145). Fazia-se do professor um aliado imprescindível para levar a cabo a cruzada higienizadora.

A inspeção médico-escolar: espaço cruzado de médicos e professores

Constituir futuros cidadãos saudáveis e produtivos implicava conter alguns males oportunizados pela própria organização escolar. A aglomeração durante as aulas gerada pela concentração de crianças em espaços diminutos, sem ventilação e iluminação adequadas, já se constituía em fator de risco. Porém havia mais a considerar: as doenças que são características da faixa etária e aquelas decorrentes da atividade escolar propriamente dita. Assim manuais e procedimentos visando a proteção e o

cuidado com os rebentos nas escolas primárias, procuravam delinear práticas e novas configurações para o espaço escolar, que por intermédio do professor revestiam-se em meios a auxiliar na profilaxia dos alunos, tarefa essa incorporada ao fazer pedagógico.

Mas havia alguns complicadores para a efetivação deste empreendimento: muitos professores continuavam a desconhecer os assuntos relacionados à higiene e profilaxia, não sabendo lecionar sobre os conteúdos. Quando estes aconselhavam os seus alunos a procurarem os postos profiláticos e seguirem as prescrições médicas alguns pais proibiam os filhos de aceitar tais medicações alegando que os remédios fariam mal, ao invés de curarem. Um fato curioso é relatado por Prieto:

“Aproximávamos-nos de uma escola, cujas creanças estavam em recreio, no campo. Quando o nosso automóvel, deixando a estrada geral, dobrava á esquerda para ganhar o edifício izolado, a pequenada fugiu espavorida. Extranhamos essa precipitação, pois já eramos conhecidos dos alumnos e quando apeamos e fomos ao seu encontro para inqueril-os, alguns, mais corajosos, puderam fallar, sem occultar, comtudo, o susto que levaram:

- Pensamos que era o medico que nos vinha vaccinar...

- E que mal havia nisso?

- Todos dizem que a vaccina mata...” (Relatório do Inspetor Geral, 1921, p.52)

Mas não era apenas os pais que manifestavam resistência. Mario Gomes, médico escolar chegou a ponto de declarar: “julgo tambem necessaria uma lei obrigando as professoras á vaccinação antivariolica, pois encontrei mais de uma que se negou a vaccinar-se, determinando o máu exemplo, actos de indisciplina nos alumnos das respectivas classes.”(Relatório do médico-escolar, 1923, p.273).¹

Com o intuito de propagar cada vez mais idéias em relação aos métodos de ensino, bem como indicar medidas que influenciassem especialmente a criança quer quanto à sua saúde, quer quanto ao seu caráter, a Inspetoria Geral de Ensino do Paraná

¹ A resistência à vacina anti-variólica no Rio de Janeiro está estudada em vários trabalhos. Destaco: *Cidade febril* de Sidney Chalhoub, *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes* da Nicolau Sevcenco e *Os Bestializados* de José Murilo de Carvalho. Em São Paulo também houve resistência embora não tenha acontecido uma revolta em moldes da ocorrida na capital federal.

publicaria a 1º de Janeiro de 1922, o primeiro número de “O Ensino”, revista que sairia à luz trimestralmente.²

Eram também distribuídos os seguintes folhetos do Serviço de Profilaxia Rural: “Guerra às Pulgas”, do dr. Barros Barreto, “Porque devemos combater os piolhos”, do dr. Leal Ferreira e “O perigo dos mosquitos”, do dr. Luiz Medeiros, além da propaganda contra os pés descalços aconselhando o uso de sapatos como medida de higiene e decência.

O primeiro livro de *Noções de higiene para uso das escolas*, de Afrânio Peixoto, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e Graça Couto, diretor dos Serviços de Profilaxia e Desinfecção e diretor geral interino de Saúde Pública do Rio de Janeiro, publicado em 1914 expõe a inspeção médica das escolas como vigilância sanitária do meio escolar e dos alunos individualmente, e propõe formas de prevenção objetivando prevenir doenças transmissíveis. Noções essas que no Paraná procurava-se seguir à risca.

A vigilância do meio escolar prendia-se aos aspectos físicos e higiênicos dos prédios no que tange à distribuição de mobiliário, arejamento, iluminação, asseio e ordem. Eram vistas como deploráveis: as construções escolares que apresentassem salas retangulares, estreitas e compridas e com uma distância grande entre os alunos da última fileira de carteiras e o quadro negro, o que os obrigaria a um esforço prejudicial; escassez de água, ausência de filtros, falta de recreios protegidos, pátios úmidos, instalações sanitárias insuficientes no interior dos prédios ou em contigüidade às salas de classe, e paredes divisórias de madeira que além de não estéticas e anti-higiênicas seriam inconvenientes por transmitirem o ruído, perturbando as aulas. (Relatório do Serviço de Inspeção Médico-Escolar, 1921).

Segundo a Inspetoria, uma sala de aula deveria ter o espaço necessário para 25 carteiras duplas, a mesa do professor e uma área entre esta e a primeira fila de carteiras, a fim de que a turma de alunos chamados ao quadro pudesse ficar, sem aperto, distribuída em arco de círculo; a iluminação deveria ser unilateral ou bilateral, sempre harmônica e de sorte que a classe, convenientemente disposta, pudesse recebê-la da esquerda somente, ou da esquerda e de cima, ou ainda da esquerda e da frente. Cada sala deveria ter saída para um corredor espaçoso, onde as classes pudessem mover-se

² *O Ensino* esclarecia que em relação à Inspeção médico-escolar o governo mandara observar no Rio e em São Paulo “nas diferentes repartições a marcha e a orientação dos trabalhos” (ano 1, v. 1, p. 5).

desembaraçadamente, e esses corredores faziam comunicar todas as salas entre si (idem).

Normalmente uma casa de ensino considerada de aspecto agradável era aquela em que havia “a Bandeira do Brasil hasteada na sala de aula, o Hymno Nacional cantado com entusiasmo pelas meninas, uma bella exposição de trabalhos de agulha, o asseio, a ordem, a disciplina, etc”, como ocorria na Escola Serro Azul, referenciava Prieto (Relatório do Inspetor Geral, 1923, p. 41).

Já a vigilância dos alunos estendia-se dos “conhecimentos de suas condições pessoais “em relação ao rosto, olhos, dentes, cabelos, mãos, unhas, pés, roupa, sapatos, chapéu, bolsa e livros, até a “prevenção de perigos possíveis para a coletividade escolar”, como moléstias e afecções infecto-contagiosas. Essa atenção incluía o exame antropológico que media o grau de desenvolvimento físico, o exame fisiológico avaliador da capacidade visual e auditiva e o exame geral no qual o médico detinha-se em “conhecer a regularidade de disposição dos órgãos e exercício das funções, principalmente desenvolvimento ósseo e muscular; adenopatias, vegetações adenoides, sinais de vício ou propensão tuberculosa” (Peixoto e Couto, pp. 416-7). Esses dados coletados compunham a caderneta sanitária do aluno cujas anotações deveriam ser preenchidas ao ingressar no curso, uma ou duas vezes durante no seu desenrolar e, finalmente, ao seu término. Claro que no caso de “alunos predispostos, tarados ou enfermiços, compatíveis com a escola, serão examinados mais amiudadas vezes”, diziam os higienistas para garantia própria e alheia (Marques, 1994)³.

César Prieto Martinez ao vir para o Paraná talvez já conhecesse os livros de Balthazar Vieira de Mello relativos à higiene escolar publicados em São Paulo. Intitulados *A higiene na escola* (1902) e *Higiene escolar e pedagógica* (1917) esses compêndios possivelmente apontaram “as linhas mestras”, no dizer de Rocha (2005), a orientar e implantar serviços dessa natureza em São Paulo. Ao que tudo indica tenham sido de grande valia aqui também, embora não constassem na biblioteca organizada para dar amparo às atividades pedagógicas.⁴

³ A inspeção médico-escolar foi criada no Brasil em 1889, pelo então ministro do Império conselheiro ^aA Ferreira Vianna como “inspeção higiênica dos estabelecimentos públicos e particulares de instrução e educação” do Rio de Janeiro, funcionando através de uma comissão permanente sob orientação do inspetor geral de higiene, professor Rocha Faria, que teria expedido instruções minuciosas e mandado visitar estabelecimentos de ensino (Basile, 1920, p. 81).

⁴ Dentre as obras referentes à inspeção médico-escolar existentes na biblioteca da Inspetoria do Ensino podia-se encontrar, *A inspeção escolar* de Basile e *Noções de hygiene* de Afrânio Peixoto.

O certo é: a revista do aluno realizada por meio de exames médicos compunha o espaço da vigilância em que o olhar observador levanta conhecimentos sobre ele. Apontados esses conhecimentos, documentados os vícios, registradas as aptidões e as degenerescências formulam-se as comparações, classificações e categorizações para a fixação de normas e códigos médicos escolares com intuito de mantê-los sob controle e em conformidade com os comportamentos tidos como normais. Ademais o coletivo de informações colhidas pode ser distribuído “na população escolar” especificando “casos” que poderão ser normalizados ou excluídos (Marques, 1994, p. 113).⁵

Essas inspeções que inicialmente tinham caráter de polícia médica, em consonância com a medicina social da época – autoridade que intervinha, fiscalizava e punia - foram criando as bases para a implantação da inspeção médica escolar disciplinar (Machado, 1978), com vistas a forjar a consciência sanitária que se propunha imprimir. Dos prédios e instalações físicas passava-se a intervir nos corpos, nos hábitos e nas consciências dos escolares sob o advento da medicina social.

A escola tornava-se então, “espécie de aparelho de exame ininterrupto”, no dizer de Foucault, aliando as técnicas do exame pedagógico àquelas do exame de saúde, reforçando as técnicas da hierarquia que estabelece vigilância àquelas da sanção normalizadora. O exame antrope-pedagógico delegou ao professor uma determinada tarefa na técnica do exame, mas o fez estabelecendo um papel subordinado, seguindo um “ritual de poder constantemente renovado” (1983, p. 166).

“Não foi em vão que a antropometria e a psicometria (como aplicações da biologia e da psicologia experimental ao âmbito escolar) se constituíram nas ciências por excelência da educação, e as fichas e os exames antropométricos e psicométricos, junto com as cadernetas sanitárias, no instrumento a partir do qual se toma toda e qualquer decisão sobre o futuro do escolar” (Bañuelos, 2000, p. 76). No Paraná a Inspetoria Geral de Ensino comemorava no relatório de 1922, os feitos das inspeções médicas: todos os grupos da capital haviam sido inspecionados, assim como os localizados em Paranaguá, Antonina, Morretes, Ponta Grossa e Castro, contabilizando 16 além das 18 escolas isoladas. Assim 5308 alunos foram inspecionados tendo sido expedidos 552 receitas, 185 boletins e organizadas 60 fichas de inspeção. Tornou-se até necessário a contratação de mais um médico ajudante (*O Ensino*, ano 2, nº 2, p. 171).

⁵ O exame pensado em termos de formação de saberes e exercício do poder, encontra-se discutido por Foucault em *Vigiar e punir*.

Ademais a técnica do exame conferia aos médicos inspetores “a vistoria” dos empregados das escolas fossem eles lentes, professores auxiliares ou candidatos aos cargos em aberto, fazendo do universo escolar objeto do saber e do poder médico.

Doenças que degradam a espécie: degeneração à vista

Nem mesmo o grande Beethoven ficara imune às doenças da hereditariedade. “Uma otite veda-lhe a audição. O mal que, como uma ironia brutalíssima da sorte, lhe inutilizava desta forma o orgam predestinado às conquistas de sua arte, esse mal, de que nunca mais pode livrar-se, era a brusca revelação de uma tára congênita, com que o filho infeliz pagava os desregramentos da vida do pae.”⁶ E quantos escolares não partilhariam a mesma sina nas terras do Paraná?

A se considerar as imagens persistentes no início do século XX, de uma brasilidade plasmada nos excessos da carne e na volúpia do sexo, males feito à sífilis relacionados à sexualidade promíscua, adquiriam o estatuto de flagelos a atacar. Como afiançava Oscar Fontenelle, médico, advogado, político, ex-chefe de polícia, professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro,

“Um mal, como refere certo autor falando da sífilis que alcança seguramente um terço da população adulta um mal, cujos acidentes terciários são mortais; um mal que com freqüência acarreta a esterilidade e que pode transmitir-se aos descendentes, seja sob forma infecciosa, rapidamente letal, seja sob forma de taras tão numerosas como variadas, das quais as mais ligeiras aniquilam o valor moral daqueles que são por elas atingidas, ao passo que as mais acentuadas comprometem a sua vida; um mal que faz recair sua nefasta influência, pelo menos, até sobre a terceira geração e talvez mais longe ainda; um mal dessa ordem tende, sem duvida a destruir o indivíduo tanto quanto a raça, é um mal social evidente incontestável”, e complementa: “se a importância social das doenças venéreas foi tão longamente desconhecida,

⁶“Beethoven avec ses otites précoces, et son perpétuel état de morbidité, d’une part, l’exaltation de la pensée et son énorme puissance de travail d’autre part, constitue bien le type de l’hérédé”. Audrain-“La Syphilis Obscure” [...]“Victima inocente da culpa paterna, Beethoven, entretanto, fôra em toda a sua vida casto e impolluto!” (*O Ensino*, ano 1, n. 1, 1922, p. 17-8).

é que se ignoravam as taras extensas que infligiam aos indivíduos e à sua descendência” (FONTENELLE, 1931, p. 17 e 18).

O médico aludia a distribuição generalizada da doença, demarcando seu efeito mais avassalador: a destruição da raça – periculosidade que dizia respeito diretamente às implicações da herança transmitida de geração a geração. Mal tamanho incorporado como ‘de família’; consangüinidade adquirida, degeneradora dos futuros filhos; os filhos da família, os filhos da nação. Fruto do comportamento inadequado, impensado de uns a se refletir na estirpe, na prole, na sociedade.

Assim conter a sífilis tornara-se vital. O dr. Godinho, que em 1923 assumira a chefia do Dispensário Anti-sifilítico de Curitiba não titubeava: caminhava-se “a passos largos para uma era em que a escola”, ministrando desde a mais tenra idade, os primeiros ensinamentos sexuais, possibilitaria à criança “conhecer o imenso perigo das doenças venéreas e os meios de evitar a sua contaminação” (APM, 1923, p. 20). Complementando-o, o dr. Barros Barreto afirmava que “a educação sexual deveria começar na escola primária, ampliando-a progressivamente, de conformidade com o desenvolvimento intelectual e físico da criança” (APM, 1923, p. 406).

A sífilis situava-se no cerne das discussões eugênicas, atendendo ao *desideratum* de Renato Kehl⁷ ao afirmar, “é crime contra a civilização o descuido da geração de amanhã! Os governos têm moralmente a obrigação de zelar pelo futuro da raça, pela qualidade dos homens, pela saúde da população”. Essa configuração do sexo como ‘capital patológico da espécie’ foi enfrentada com propostas médico-políticas que transitavam do controle eugênico sobre a população⁸ às propostas de prevenir as doenças sexualmente transmissíveis, através da educação sexual a ser ensinada, preferentemente nas escolas, como apregoavam os esculápios paranaenses (Marques, 2004). Propostas que efetivadas ou não, nos anos 1920, encontravam no espaço escolar importante *locus* de difusão de conselhos higiênicos alicerçados na interdição do sexo até o casamento, máxima aconselhada por higienistas e professores, no escopo de

⁷ O médico Renato Kehl, um dos mais importantes divulgadores da eugenia no Brasil, foi fundador da primeira Sociedade de Eugenia em São Paulo (1918); criou ainda a Comissão Central de Eugenia, no Rio de Janeiro, em 1931.

⁸ Vigiar casamentos e a imigração eram medidas de controle sobre a população. Ver “Os controles reguladores sobre os processos biológicos: o corpo – espécie” em *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*.

conformar a vontade sexual do alunado mantendo a higidez física tão almejada⁹, fosse dos filhos imigrantes ou do caboclinho paranaense.

A considerar a população do estado, composta de número expressivo de imigrantes europeus¹⁰, compreende-se porque no Paraná eugenia matizava-se, enveredando especialmente pelo controle das doenças, ditas degeneradoras da raça.

Embranquecer a população, diferentemente do Rio de Janeiro ou São Paulo, não se colocava como a saída para fazer dos paranaenses sujeitos eugenizados, aptos a construir o estado recentemente autônomo e a nação republicana. Eugenizar à moda paranaense, significava higienizar a raça naquilo que dissesse respeito à contenção das doenças deformadoras da boa geração e depauperamento biológico dos corpos.¹¹ Então como dizia o professor Menelau Torres, diretor da Escola Normal de Ponta Grossa, todos os esforços dos governos poderiam escoar pelo ralo abaixo, caso as populações ignorantes não adotassem as medidas preventivas e terapêuticas aconselhadas (*O Ensino*, ano 3, nº 1, p. 69). Assim sífilis, doenças mentais, deficiências visuais¹², doenças parasitárias ou infecto-contagiosas mereciam destacado cuidado, pois implicavam no ‘abastardamento’ da raça.¹³

Paradoxalmente, os imigrantes representavam tanto a salvação, como a sentença condenatória caso não fossem tratados e educados nos valores cívicos do país. Isto porque o “sangue regenerador” trazido por esses imigrantes brancos circulavam em corpos de pessoas pobres, de hábitos ‘duvidosos’ do ponto de vista higiênico, podendo

⁹ Consultar Vera Regina Beltrão Marques. A espécie em risco: a sífilis no Paraná nos anos 1920, em Dilene Raimundo do Nascimento & Diana Maul de Carvalho (orgs). *Uma história brasileira das doenças*.

¹⁰ Os imigrantes que no Paraná chegaram vinham colonizar, ocupar a terra, produzindo para a subsistência e abastecimento, pois em meados do século XIX houvera uma importante crise de gêneros de primeira necessidade. Ingleses, alemães, italianos, polacos, dentre outros aqui se estabeleceram. Ver Westphalen, Machado e Balhana (1968).

¹¹ A educação é a salvadora, apregoava Kehl. Os mestres deveriam semanalmente dedicar alguns minutos para uma preleção contra o álcool ou doenças, como sífilis, a tuberculose, a opilação, o impaludismo ou a lepra. Ver *Lições de eugenia*, pp. 46-8.

¹² Mario Gomes em “Triste caso”, publicado em *O Ensino* (jan.1924), discorre acerca do atendimento que prestou a um casal de noivos: ele, magro e feio com faces características de um imbecil; ela esbelta, tez rosada, aparentando robustez e saúde, porém heredo-sifilítica. Pronunciou-se enfaticamente em condenar o casamento pretendido por ambos, pois como aludiu, “parece-me ter chegado ou já passado o momento em que é preciso por cobro a essas desgraças; é indispensável que os responsáveis pelo futuro da raça, os governos, os paes, os medicos, levantem em unisono o clamor que existe latente em todos nós, contra o casamento de enfermos e degenerados!” Já Renato Kehl em *Lições de eugenia* (p. 170) considerava que os cegos, surdos (congenitos ou hereditários), tarados ou epiléticos deveriam ser esterelizados a bem de preservarem-se de uma prole degenerada.

¹³ A cruzada contra a tuberculose manter-se-á nos anos 1930 com toda a intensidade e os médicos paranaenses permanecerão clamando aos pais que não contaminem seus filhos com o “germe da peste branca, que lhes mata os filhos pequeninos”, conforme palavras do dr. Homero Braga (*Revista Médica do Paraná* n. 10, 1933, p. 316).

espalhar a doença, física e social. E mais, *mister* se fazia constituir o caráter paranaense e brasileiro desses filhos, ainda carecendo nacionalizar-se. Não era à toa que Prieto festejava quando ao visitar as escolas, nas quais estudavam crianças, filhas de imigrantes, as encontrava sendo alfabetizadas em português. Como salientava:

“...já se vae notando uma accentuada differença no ensino das escolas polonezas. As religiosas empenham-se por aprender a nossa lingua, os livros nacionaes começam a ser lidos, os nossos hymnos patrioticos começam a ser cantados, a nossa Bandeira já figura nas salas de aula, os disticos em polaco principiam a dar logar a outros em portuguez, os feriados nacionaes já são respeitados.” (Relatório do Inspetor Geral, 1923, p.81)

Ou ainda, após visita de inspeção ao colégio da povoação de Ivahy, relatou:

“Examinei livros e cadernos: tudo em portuguez. Conversei com a creançada: ninguem deixou de me responder...Quando, depois de ter ouvido o Hymno Nacional que encerrou o trabalho de minha inspecção, e assistido a reza das creanças em muito bom portuguez, me despedi, manifestando o meu contentamento pelo que acabava de ver, a freira directora da casa me pediu que lhe enviasse uma Bandeira do Brasil, para ser conhecida das creanças, bandeira que se hastearia na fachada do edificio em todos os dias de festa nacional.

Este facto, por si só, revela a conquista nacionalisadora que se vae realizando no seio das escolas particulares regidas por professores estrangeiros.” (Relatório do Inspetor Geral, 1923, p. 82)

Demandavam ainda atenção especial os caboclinhos paranaenses e seus males, descritos por Mario Gomes em analogia ao sertanejo nacional. “São males antigos e atuais, que continuam solapando o já enfraquecido e desairoso especimem de nosso sertanejo, do cabloco litoranio, da grande massa do povo nacional (Revista Médica do Paraná, n. 1, 1932, p. 17).¹⁴

¹⁴ Os caboclinhos brasileiros dividiram com o Jeca Tatu - personagem de Monteiro Lobato - a representação do brasileiro indolente e atrasado da “roça”, depois redimido quando Lobato se insere na campanha pelo saneamento. Em carta à Lellis Vieira, diz que, “Urupês... é a vidinha da roça, como a vi e

O caboclinho, resultante da miscigenação do branco com o indígena¹⁵ constituía o nativo, o caboclo do interior. Se não trazia tanto ‘prejuízo’ para a raça quanto aquele oferecido pelos negros, ex-escravos os quais era necessário “embranquecer”, como enfatizava Renato Kehl, também inspirava cuidados, pois poderia ser ‘melhorado’ eugenicamente. De hábitos rurais, ainda “ignorantes”, precisavam ingressar nas formas civilizatórias de viver e produzir. Ao alfabetizá-los seriam educados na higiene e eugenia e uma vez recuperados de suas doenças, trabalhariam e produziram mais e melhor. Aperfeiçoados moral, física, intelectual e laboralmente pela escola, pronto estaria o caboclinho para (re)conhecer intuitivamente “quaes os preceitos mais exigentes da hygiene, meios de defeza contra os insectos e animaes nocivos, perigos que offerece o alcool, vantagens do calçado e do uso de instrumentos aperfeiçoados para maior rendimento do trabalho manual” (Relatório do Inspetor Geral do Ensino, 1921), apto a ingressar nas fileiras do trabalho disciplinado e produtivo.

A escola apresentava um poder de fogo ampliado em comparação às outras instituições, mesmo se comparadas aos dispensários de saúde. Assim a inspeção médico-escolar demonstrava às autoridades educacionais e sanitárias sua missão redentora, oferecendo ao Paraná e “a Pátria os meios efficazes para nacionalizar [e recuperar] seus próprios filhos, energias dispersas, as quaes, intelligentemente guiadas, constituirão força prodigiosa de incalculável valor economico e cívico [...] façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral” como assinalava Cezar Prieto Martinez, valendo-se da alfabetização e da higiene.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos Paranaenses de Medicina – APM 1920, 1921, 1923.

Fundo Monteiro Lobato - Séries de correspondências ativa e passiva.

como senti em 7 anos que passei enterrados na Mantiqueira. O que você e outros gostaram foi da espontaneidade sem arrebiques nem falsificações com que as coisas, os tipos e paisagens são narrados”. Ver: IEL/CEDAE/ UNICAMP- Fundo MLB- série correspondência ativa. Transcrição da carta de Monteiro Lobato a Lellis Vieira, 1918 (?). Monteiro acabaria descobrindo que o Jeca não era preguiçoso, mas doente, um opilado. A Liga Pro-Saneamento do Brasil, inspirada na obra de Belisário Pena, obra essa “recusada por todos os editores desta capital” foi dada à divulgação pelos médicos Olympio Barreto e Plínio Cavalcanti. Lobato receberia de Cavalcanti o convite para participar como membro da delegação da Liga em São Paulo. Fundo MLB- série correspondência passiva, pasta 21.

¹⁵ O caboclo paranaense certamente resultou da mistura das três raças, porém embranquecido, pois não eram tantos assim os escravos em terras do Paraná.

Relatórios do Inspetor Geral do Ensino ao Secretário Geral do Estado, Marins Camargo – 1920-1923.

Relatórios da Inspeção Médico-Escolar – 1920, 1923.

O Ensino, anos 1, 2 e 3, v. 1-4.

Bañuelos, AT. “La higiene escolar: um campo de conocimiento disputado”. *Áreas, Revista de Ciências Sociales*, n.20, 2000.

Basile, P. “Inspeção medica escolar”. São Paulo, Tese inaugural. Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1920

Carvalho, J.M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

Chalhoub, S. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

Foucault, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1981

Foucault, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1983.

Foucault, M. *Tecnologias del yo y otros textos afines*. Barcelona-Buenos Aires-México. Ed. Paidós Ibérica, 1990.

Fontenelle, O. “A eugenia”. *Arquivos Paranaenses de Medicina*, ano IV, 1923.

Kehl, R. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro, Ed. Francisco Alves, 1929.

Machado, R. et. al. *Da(n)ação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

Marques, V.R.B. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1994.

Marques, V.R.B. “A espécie em risco: sífilis em Curitiba nos anos 1920” in. Nascimento, D.R. & Carvalho, D.M. (orgs). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília, Paralelo 15, 2004.

Peixoto, A & Couto, G. *Noções de hygiene- para uso das escolas*. Rio de janeiro, Liv Francisco Alves, 1914.

Rocha, H.H.P. “Esolarização, higienização e modernidade”. *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*. Curitiba, cd-rom, 2004.

Sevcenco, N. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

Vechia, A. “O plano de estudos das escolas públicas elementares na Província do Paraná”. *Revista Brasileira de História da Educação*, n. 7, jan-jun., 2004.

Westphalen, C.; Machado, B; Balhana, A *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Curitiba, UFPR, 1968.